



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UM DIALOGO ANTIRRACISTA

CARMEN FERREIRA CORATO COSTA ¹

THULIO SILVA DE MORAES ²

ELIENETE DO NASCIMENTO LIMA ³

JULIANA ROZA PEREIRA MARCOLINO DE SOUZA ⁴

JOSELITA RIBEIRO SILVA ⁵

RESUMO

Este artigo objetiva abordar a importância da presença de estudos, debates e práticas antirracistas na formação profissional em Serviço Social. Assim, o artigo constituiu uma pesquisa bibliográfica baseada no método materialista histórico-dialético, no qual argumenta-se que tal processo formativo pode promover o comprometimento da categoria com o contínuo enfrentamento do racismo no Brasil.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação profissional; Antirracismo; Racismo.

ABSTRACT

This paper aims to address the importance of the presence of anti-racist studies, debates and practices in professional qualification in Social Work. Thus, the paper constituted a bibliographical research based on the historical-dialectical materialist method, in which it is argued that such a process can promote the category's commitment to the continued fight against racism in Brazil.

Keywords: Social Work; Professional qualification; Anti-racism; Racism.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁴ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁵ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva abordar a importância dos estudos, debates e práticas antirracistas perpassarem a formação em Serviço Social, viabilizando um processo formativo em que assistentes sociais obtenham e aprofundem conhecimentos a respeito das relações étnico-raciais no Brasil, de modo que possibilite a compreensão de como o racismo constitui um determinante que atravessa as expressões da “questão social” na particularidade brasileira, podendo se expressar nas demandas que serão apresentadas pela população usuária da categoria profissional.

Assim, buscando atingir o referido objetivo, o artigo constituiu uma pesquisa bibliográfica fundamentada no método materialista histórico-dialético, baseada na utilização de livros e artigos de autores/as que abordam características do Serviço Social como profissão, bem como elementos constitutivos da “questão social”. Para além disso, também utilizou-se materiais que versam sobre a formação, o aprimoramento e o trabalho profissional de assistentes sociais, elaborados por entidades representativas da categoria, a exemplo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do Conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS) e do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ).

Diante disso, o artigo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira parte, é abordado como na emergência do Serviço Social foi influenciado pela necessidade do Estado de engendrar uma categoria profissional que pudesse tratar, de forma contínua e sistemática, das múltiplas expressões da “questão social” na fase monopólica do modo de produção capitalista, constituindo, assim, uma resposta aos movimentos operários que expressavam a luta de classes. Tal fato incentivou o investimento no estabelecimento de assistentes sociais como profissionais regulamentadas/os e assalariadas/os, inseridas/os na divisão sociotécnica do trabalho, e que possuem como demanda a atuação profissional no bojo das contradições entre capital e trabalho.

A segunda parte expõe argumentos sobre a importância dos estudos e práticas antirracistas serem centrais na formação profissional em Serviço Social, partindo do ponto de que o racismo consiste num fenômeno que perpassa a formação sócio-histórica do Brasil, constituindo, também, elemento estrutural da “questão social” na particularidade brasileira, fato que sinaliza a relevância do estudo do racismo no que concerne a possibilidade de aprofundar o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

entendimento da realidade social do país e das demandas da população usuária do Serviço Social. Assim, compreendemos a necessidade de que, no cotidiano da formação e da atuação profissional de assistentes sociais, os debates sobre as relações étnico-raciais sejam articulados à elaboração e implementação de práticas de combate ao racismo.

Ante o exposto, torna-se oportuno apontar que também buscamos, através da escrita deste artigo, incentivar futuras pesquisas e debates que abordem as relações étnico-raciais brasileiras e o lugar do antirracismo no interior do Serviço Social, de modo a promover o reconhecimento da relevância dos estudos sobre raça e racismo nas Ciências Sociais, assim como no âmbito acadêmico como um todo.

2. SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO EMERGENTE NA ERA DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

O entendimento que trazemos acerca do Serviço Social é referente à uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho na fase monopólica do capital, em que a movimentação política protagonizada pela classe trabalhadora na luta de classes pressiona a burguesia a fazer concessões, através do Estado, por meio da materialização de direitos sociais que são instituídos com o objetivo de manter a ordem societária na sociedade de classes, freando as aspirações e tentativas revolucionárias dos/as trabalhadores/as de superação da referida ordem. É nesse sentido que o Estado, atuando como o comitê executivo da classe burguesa, busca conciliar os interesses antagônicos das classes fundamentais do modo de produção capitalista, a burguesia e o proletariado, desde o fim do século XIX, por intermédio da criação de políticas sociais e da instituição de uma profissão que pudesse atuar, juntamente à estas políticas, sobre a “questão social”, sendo assim uma alternativa que prioriza o consenso no que concerne aos conflitos de classe, mas que não substitui as formas coercitivas e repressivas comumente adotadas pelo Estado no trato de tais conflitos (Behring; Boschetti, 2011; Iamamoto; Carvalho, 2014).

Diante disso, observa-se que a emergência do Serviço Social, como profissão inserida no mercado de trabalho, parte da necessidade da existência de uma categoria profissional capaz de tratar das múltiplas expressões da “questão social” – principal objeto de trabalho da profissão – de forma sistemática e contínua, atuando por meio das políticas sociais. Assim, pode-se observar que as condições sócio-históricas suscitadas pelo capitalismo monopolista exigiram práticas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

profissionais interventivas como as de assistentes sociais, que possuem determinadas atribuições reconhecidas juridicamente pelo Estado, relacionadas à reprodução da classe trabalhadora e da acumulação capitalista, as quais ocasionam o surgimento de novos espaços sócio-ocupacionais da categoria profissional (Iamamoto; Carvalho, 2014; Netto, 2011).

Dessarte, é reconhecido que a profissão surge pautada pelos interesses do capital ao passo que também atende demandas da classe trabalhadora. Tal contradição, suscitada pela sociabilidade burguesa pautada por interesses de classe conflituosos e inconciliáveis, causa tensões no interior da categoria profissional (Corato, 2018). Juntamente a isso, outro aspecto contraditório do Serviço Social é expressado em sua atuação por meio das políticas sociais, as quais constituem formas de materialização de direitos, servindo tanto aos interesses da burguesia como da classe trabalhadora. Devido a isso, o trabalho profissional de assistentes sociais é sempre tensionado, visto que o Estado, na era neoliberal, busca assegurar cada vez menos direitos sociais, de modo que as políticas sociais se tornam, progressivamente, mais focalizadas, fragmentadas e seletivas/restritivas, o que vai no contrafluxo dos interesses das massas populares, que encontram-se desempregadas ou subempregadas. Com isso, percebe-se um aumento na necessidade da atuação profissional do Serviço Social, assim como das políticas sociais, no sentido de viabilizar a reprodução dos/as trabalhadores/as (Behring; Boschetti, 2011; Corato, 2018).

Ante o exposto, entendemos que o Serviço Social, assim como outras profissões, é tensionado pela luta de classes para responder exigências sociais, e, dada a direção crítica da categoria profissional, expressa no projeto profissional que versa sobre a construção coletiva de uma sociedade sem opressão e exploração de raça, classe, gênero, etnia, geração/idade, sexualidades etc., argumentamos que tais respostas orientam-se no sentido de priorizar as demandas da classe trabalhadora. Assim, delinear a atuação profissional que visa edificar uma sociedade humanamente emancipada significa, para além das disputas do campo teórico, elaborar produções jurídico-legais que ofereçam respaldo para que assistentes sociais possam atuar profissionalmente com relativa autonomia, extrapolando os limites impostos pelas autoridades institucionais e estatais (Netto, 2006; Corato, 2018).

Nesta esteira, compreendemos que houve a necessidade de materialização de mudanças no âmbito do fazer profissional do Serviço Social, no intuito de que de não permanesse apenas no campo do ideal o projeto de construção coletiva de uma sociedade que não seja estruturada por sistemas de dominação e opressão que produzem e reproduzem desigualdades sociais,

permitindo a agudização da exploração de segmentos populacionais marginalizados e excluídos socialmente. Assim, com o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, percebeu-se a imprescindibilidade de reformulação das regulamentações e diretrizes da profissão, fato que resultou na materialização da Lei nº 8662/93, do Código de Ética de 1993 e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Isto posto, as supracitadas Diretrizes Curriculares, que padronizam a formação em Serviço Social, preconizam a qualificação profissional de modo generalista, isto é, que forme profissionais capazes de atuar por meio de diversas políticas – a exemplo da assistência, saúde, previdência, educação, dentre outras – assim como de analisar a totalidade das relações sociais capitalistas, considerando, também, as particularidades da formação social brasileira, de modo que possibilite a formulação e execução de respostas às demandas apresentadas pela população usuária da profissão. Para tanto, foram elencados três Núcleos de Fundamentos, que expressam o somatório dos conhecimentos que constituem os conteúdos fundamentais para a formação e o trabalho profissionais de assistentes sociais. São esses: Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 1996).

Em vista disso, argumentamos que só se torna possível apreender o Serviço Social brasileiro, em seus aspectos contraditórios, se considerarmos a profunda articulação entre os referidos Núcleos de Fundamentos, em conjunto com a fundamentação teórica que tem como base o referencial teórico marxiano e marxista. Assim, constituindo parte da tradição progressista da modernidade, o pensamento revolucionário desencadeado pelo supracitado referencial teórico possibilita que a categoria profissional torne-se capaz de analisar o modo de produção capitalista como uma totalidade. Este entendimento permite, também, que se possa compreender o capitalismo como um modo de produção organizado em escala mundial, sem esquecer do fato de que as diferentes nações, que encontram-se sob o jugo do capital, possuem distintas particularidades. Nesse sentido, se o intuito for a transformação da sociabilidade ancorada nas desigualdades, consideramos ser necessário analisar criticamente cada particularidade (ABEPSS, 1996; Corato, 2022a).

Dito isso, faz-se oportuno sinalizar que o Brasil constitui um país de capitalismo dependente, no qual este modo de produção se encontra marcado pelas antigas relações coloniais que engendraram a dependência econômica dos países latino-americanos às antigas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

metrópoles colonizadoras da Europa (Fernandes, 2009). Diante disso, Corato (2022a, p. 188), ao versar sobre o capitalismo dependente, explicita-o como:

[...] uma forma específica de desenvolvimento das relações capitalistas que estão assentadas na herança colonial, nos mecanismos de transferência de valor, na superexploração da força de trabalho, que além de garantir a acumulação de riqueza à burguesia nacional, drena nossas riquezas para a burguesia internacional.

Com base no exposto, e considerando que a escravidão imperou no Brasil no passado ainda muito recente, se torna mister considerar as relações étnico-raciais e de gênero como determinantes fundamentais no estabelecimento e na consolidação do capitalismo dependente no país. Tal fato viabiliza na apreensão da imbricação entre capitalismo, racismo e cisheteropatriarcado¹, que constituem elementos estruturais da formação da classe trabalhadora na particularidade brasileira (Costa; Rafael, 2021).

O fato suprarreferido, por sua vez, nos possibilita entender o porquê, no ano de 2021, uma pequena cifra de 705 mil homens brancos ocupavam o posto de 1% dos mais ricos do Brasil, os quais possuíam mais riquezas acumuladas do que o conjunto de todas as mulheres negras do país, as quais representavam 26% da população, somando 32,7 milhões de pessoas². Estas mulheres, de acordo com o CRESS-RJ (2023), representam em peso as pessoas usuárias do Serviço Social, ou seja, o público a ser atendido pelas/os assistentes sociais por meio das políticas sociais. Por isso, argumentamos que a inserção dos estudos das relações raciais, de gênero, das sexualidades etc., de modo central e transversal aos debates que abordam as relações de classe, nos cursos de graduação em Serviço Social, podem promover a formação de assistentes sociais capazes de apreender a articulação intrínseca entre os sistemas de dominação, opressão e exploração que, constituindo a formação social brasileira, se expressam por intermédio das demandas da população usuária.

3. O ANTIRRACISMO E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

¹ Identificamos o conceito de cisheteropatriarcado como a articulação do conceito de patriarcado com os conceitos de heteronormatividade e heterossexismo, de forma que combina as ideologias da superioridade do homem e da primazia da heterossexualidade, estabelecendo o homem cisgênero e heterossexual como superior a todas as outras orientações sexuais e/ou identidades de gênero (Moraes *et al.*, 2024).

² Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/economia/2021/12/estudo-aponta-que-705-mil-homens-brancos-tem-mais-renda-que-todas-mulheres-negras-no-brasil/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

Na seção anterior, explicitamos elementos que apontam para a extrema relevância do assunto da formação profissional de assistentes sociais, visto que a qualificação do trabalho interventivo desempenhado pela categoria terá como um de seus determinantes a qualidade da formação proporcionada pelas instituições de ensino superior que ofertam cursos de graduação em Serviço Social. Com isso, torna-se importante refletir sobre a abordagem de determinados conceitos e categorias na formação profissional.

Nesta esteira, evidenciamos que a atual formação em Serviço Social, composta pelos Núcleos de Fundamentos presentes nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, possui como centralidade os debates sobre: a formação sócio-histórica do Brasil; os fundamentos e o desenvolvimento do Serviço Social como profissão, articulado à constituição e desenvolvimento do capitalismo na particularidade brasileira; a “questão social”; a categoria trabalho; a ética profissional; as políticas sociais (ABEPSS, 1996).

Diante disso, também evidenciamos que, contemporaneamente, encontra-se em debate a necessidade da formação profissional em Serviço Social estimular, transversalmente aos debates supracitados, a abordagem de conceitos que são essenciais para a compreensão das particularidades que permeiam a realidade social brasileira, principalmente no que concerne aos estudos da formação sócio-histórica do Brasil. Dentre os conceitos aludidos, temos como exemplo raça, gênero e sexualidades (Moraes *et al.*, 2024).

Tratando-se especificamente da raça, a necessidade da formação em Serviço Social abordar o debate racial no contexto brasileiro parte do entendimento de que o racismo constitui elemento estrutural e estruturante da formação sócio-histórica brasileira (Corato, 2022b; Moraes *et al.*, 2024).

Nesse sentido, reconhecemos o fato de que os processos sistemáticos de discriminação baseados no pertencimento racial que fundamentam o racismo (Almeida, 2021), se estabelecem no Brasil como parte da herança do regime escravocrata. Assim, entendemos que o escravismo, em seus quase 400 anos de duração, utilizou-se da força de trabalho das populações negra e indígena escravizadas como meio de viabilizar o processo de geração e acumulação de capital que permitiu o desenvolvimento e a expansão do capitalismo nas metrópoles coloniais europeias, por intermédio da relação de controle e dominação que possibilitou a realização do processo de escoamento de riquezas das colônias latino-americanas para a Europa, materializando a relação de dependência econômica que é consolidada com o estabelecimento do capitalismo dependente nos países da América Latina (Corato, 2022b; Fernandes, 2009).

Desta forma, podemos observar como a exploração irrestrita da força de trabalho assentada na raça, viabilizada pelo sistema escravista, marca o processo de formação da classe trabalhadora brasileira. Este processo passará por mudanças radicais no período do pós-abolição, em função do movimento de desvalorização e rejeição da força de trabalho das populações negra e indígena livres, facilitado pelo Estado em conjunto com a emergente burguesia brasileira, como meio de promover o emprego de trabalhadores imigrantes brancos e europeus. A preferência pela utilização da força de trabalho imigrante europeia aparece como fruto da política migratória implementada pelo Estado, que sinalizava o intuito de realização de um projeto de branqueamento da população. O almejo pelo branqueamento, por sua vez, foi suscitado por motivações econômicas que se relacionavam à divisão racial do trabalho, constituindo parte do processo de generalização do trabalho livre e assalariado no Brasil. Contudo tal projeto também apoiou-se na ideia racista de que trabalhadores brancos e europeus iriam proporcionar uma força de trabalho superior, assim como seriam essenciais para impedir o declínio da nação brasileira que poderia ser causado pelo crescimento da população negra (Costa; Rafael, 2021; Gonçalves, 2018).

Assim, evidencia-se como o supracitado preterimento da força de trabalho não-branca, que compõe o processo de generalização do trabalho livre no Brasil pós-abolição, é acompanhado pela consolidação da divisão racial do trabalho, que, consistindo numa expressão material do racismo, possibilita que as populações negra e indígena ingressem no mercado de trabalho, comumente, através das ocupações mais precárias e degradantes, possuidoras de baixos salários e péssimas condições de trabalho. E, na falta de tais ocupações, o segmento racializado da população brasileira é convidado a engrossar as fileiras do exército industrial de reserva (Costa; Rafael, 2021; Fernandes, 2008; Moura, 2021).

Destarte, o fato das populações negra e indígena constituírem em peso o exército industrial de reserva brasileiro, nos auxilia no entendimento de que a divisão racial do trabalho atua, diretamente, na criação e na manutenção da população trabalhadora excedente/supérflua que forma o referido exército, e que, segundo Marx (2017), constitui elemento essencial para o desenvolvimento, reprodução e expansão do capitalismo.

Para além da atuação benéfica ao modo de produção capitalista na particularidade brasileira, faz-se oportuno apontar que o racismo, por intermédio da divisão racial do trabalho, também constitui elemento estrutural da “questão social”, reconhecida por Yamamoto (2001) como o componente fundante do exercício profissional do Serviço Social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Dessa maneira, tratando-se da articulação do racismo com a “questão social”, Costa e Rafael (2021), explicitam este fato ao versarem que as análises da “questão social” necessitam levar em consideração os elementos que estruturam os processos de exploração da força de trabalho, da constituição do exército industrial de reserva e da formação dos salários.

No caso da exploração da força de trabalho, esta pode ser evidenciada na forma como trabalhadores/as escravizados/as eram irrestritamente explorados no regime escravocrata, assim como na agudização da exploração do trabalho livre das populações não-brancas, viabilizada pelo racismo no pós-abolição. No que concerne à constituição do exército industrial de reserva, pontua-se o suprarreferido processo de desvalorização e rejeição da força de trabalho das populações negra e indígenas livres, expressão da divisão racial do trabalho, que favorecia o emprego da força de trabalho imigrante europeia e branca. Sobre a formação dos salários, aponta-se o fato de que os mesmos podem ser tensionados e, conseqüentemente, rebaixados em decorrência da existência e do crescimento contínuo do exército industrial de reserva, que, na particularidade brasileira, é majoritariamente composto pelos segmentos populacionais não-brancos (Costa; Rafael, 2021). Assim, torna-se nítido o motivo de Gonçalves (2018) sinalizar a “questão social” no Brasil como produto direto do processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre.

Assim, o entendimento de que o racismo compõe um elemento estrutural da “questão social” na particularidade brasileira viabiliza a compreensão de que os segmentos não-brancos da classe trabalhadora, devido aos processos históricos de marginalização e exclusão social que compõem expressões do racismo no país, constituem, em grande maioria, a população usuária do Serviço Social (CRESS-RJ, 2023). Este fato também auxilia no reconhecimento de que, no Brasil, as múltiplas expressões da “questão social”, que constituem objetos de estudo e de trabalho de assistentes sociais (Iamamoto, 2001), são perpassadas por determinantes raciais.

Isto posto, argumentamos que a forma como o racismo se articula com a formação sócio-histórica do Brasil, com a “questão social” na particularidade brasileira e com o perfil da população usuária do Serviço Social, nos auxilia no entendimento de que, verdadeiramente, a raça e o racismo se articulam com todos os assuntos mencionados anteriormente, que possuem centralidade na formação em Serviço Social. Assim, defendemos que os estudos e debates sobre tais temas também precisam ocupar espaços centrais e compor toda a formação profissional da categoria (Corato, 2022b), de modo a viabilizar a formação de profissionais comprometidos com o combate ao racismo e com a luta antirracista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diante disso, não podemos deixar de pontuar a importância do antirracismo na formação em Serviço Social como meio de preparar assistentes sociais para lidarem com as expressões do racismo institucional. De acordo com Almeida (2021), este é o termo utilizado para explicitar, didaticamente, a forma como o racismo é reproduzido socialmente por intermédio das instituições, que perpetuam práticas racistas mesmo quando há a ausência de intencionalidade. Em outras palavras, o racismo institucional versa sobre como o Estado, através das instituições, participa ativamente da reprodução do racismo na sociedade.

Nesse sentido, a compreensão do racismo institucional torna-se importante, pois possibilita que assistentes sociais sejam capazes de reconhecer e elaborar estratégias para o enfrentamento das expressões do racismo que podem se fazer presentes nas instituições nas quais trabalham, sendo passíveis de se manifestarem no cotidiano profissional, afetando tanto a população usuária, como a/o própria/o assistente social (Eurico, 2013). Para além disso, esta compreensão tem o potencial de impedir que a/o assistente social incorra, de forma consciente e/ou inconsciente, em atos que configuram práticas racistas dentro e fora do ambiente de trabalho.

Contudo Eurico (2013) não esquece de sinalizar, em sua pesquisa sobre a percepção de assistentes sociais sobre o racismo institucional, que mesmo constituindo algo imprescindível para a qualificação da atuação profissional de assistentes sociais, a questão da abordagem do debate do racismo e de suas expressões na formação em Serviço Social, assim como a elaboração e implementação de estratégias e práticas de combate ao racismo no cotidiano profissional, constituem desafios:

A pesquisa nos coloca diversos desafios a ser enfrentados, que vão desde o reconhecimento da importância da discussão racial para o Serviço Social; a proposição de ações que efetivem a inclusão do quesito raça/cor nos instrumentais utilizados com a consequente interpretação dos dados; a desconstrução dos estereótipos ainda presentes no discurso profissional que, via de regra, desqualificam a população negra; o exercício da escuta qualificada como um dos caminhos para a reconstrução da trajetória dos sujeitos e para a proposição de alternativas à permanente discriminação racial; e, por fim e sistematicamente, a ampliação do debate sobre a *questão racial* e os instrumentos normativos nos fóruns e entidades representativas da categoria profissional.

O equacionamento da questão não se restringe às ações profissionais isoladamente. Antes precisa contemplar a formação profissional, com análises críticas sobre a *questão racial*; a produção de conhecimento nos níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado; o combate ao racismo nas diversas instituições, públicas e privadas; a suspensão do cotidiano para a reflexão dos efeitos nocivos do racismo na sociedade brasileira e o retorno do sujeito à realidade, cada vez mais crítico; e uma interface urgente entre o Serviço Social e as outras áreas das Ciências Sociais, que acumularam ao longo de décadas conhecimentos teóricos riquíssimos acerca da *questão racial* no Brasil (Eurico, 2013, p. 307-308, grifo da autora).



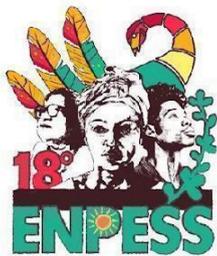
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Com base no exposto, reiteramos a defesa da ampliação dos estudos e debates a respeito da raça e do racismo na formação profissional em Serviço Social, como meio de viabilizar a formação antirracista de assistentes sociais, indispensável para qualificação da dimensão interventiva da atuação profissional. Neste sentido, e optando por “pecar pelo excesso do que pela falta”, compartilhamos aqui a extensa lista de orientações elaboradas pelo CRESS-RJ (2023, p. 16-18), constituindo recomendações que versam sobre a essencialidade de determinadas práticas antirracistas, capazes de atravessar a formação, o aprimoramento e o exercício profissional de assistente sociais. Em vista disso, preconiza-se:

- Coletivizar as ações profissionais às demais áreas das Ciências Sociais Aplicadas que atuam no enfrentamento às desigualdades raciais, assim como os movimentos sociais negros e de mulheres negras e indígenas;
- Elaborar planos e projetos de intervenção inspirados em Leis como a 10.639/2003 e 11.645/2008 que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", e assim como nos materiais produzidos pelo Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS sobre formação e exercício profissional antirracista;
- Defender e incorporar a coleta qualitativa do quesito raça/cor da população que acessa os espaços sócio-ocupacionais como forma de identificar, mais assertivamente, as necessidades sociais desta população;
- Tornar o momento da coleta do quesito raça/cor, assim como a identificação da diversidade religiosa um momento de diálogo sobre a identidade étnico-racial da população para compreender e orientar sobre possíveis redes comunitárias de apoio e suporte;
- Estimular o envolvimento das equipes de trabalho (do Serviço Social e multiprofissional) em práticas antirracistas a partir da construção de espaços coletivos de discussão e de proposição de ações;
- Divulgar legislações e ações vigentes de combate ao racismo e demais formas de opressões para setores da gestão, profissionais da assistência direta e população usuária dos espaços sócio ocupacionais;
- Superar a ideia de que a discriminação racial está restrita às relações interpessoais;
- Informar canais de denúncias que envolvam violências raciais;
- Elaborar materiais que comuniquem formas de defesa contra o racismo;
- Estimular a criação de materiais (campanhas) de comunicação que valorizem a diversidade racial, sexual e condição física da população que utiliza os serviços;
- Relacionar o exercício profissional à perspectiva de educação antirracista, levantando questões sobre racismo estrutural;
- Assessorar gestões e equipes através do caráter político pedagógico da profissão, no sentido de racializar os processos sociais;
- Participar da capacitação de profissionais para atendimento às população mais suscetíveis às iniquidades sociais;
- Incorporar as orientações dos documentos produzidos pelas entidades representativas da profissão, com destaque para “Subsídios para o Debate Sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social” cujo objetivo é oferecer subsídios para a inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial contribuindo para uma formação em Serviço Social antirracista a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 2018), tanto na graduação quanto na pós-graduação;
- Utilização de autoras/es negras/os no planejamento das disciplinas a partir da construção coletiva com estudantes;
- Estimular as/os estudantes de Serviço Social a trabalharem a questão étnico-racial em apresentação de seminários;
- Fomentar junto às/aos estudantes que estejam em campo de estágio que questionem



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como o racismo se evidencia no cotidiano profissional e quais práticas antirracistas podem ser implementadas (uso do quesito raça/cor no decorrer dos atendimentos; promoção de debate institucional sobre o assunto);

- Promoção de eventos acadêmicos sobre o tema, tendo como referência as datas de lutas antirracistas;
- Aproximar as discussões da formação e do exercício profissional às discussões sobre a formação social brasileira e seus quase 400 anos de escravidão;
- Defender e posicionar-se a favor das políticas de ações afirmativas, quer na formação, quer nos espaços sócio-ocupacionais em todos os níveis de atuação;
- Considerar as intersecções de gênero, raça, orientação sexual e classe na emissão de estudos, pareceres e laudos técnicos;
- Investir na apropriação e utilização de linguagem não discriminatória no exercício profissional;
- Sistematizar e registrar as ações realizadas para fortalecimento do exercício profissional antirracista nos espaços sócio ocupacionais;
- Socializar as ações por meio de eventos acadêmicos e profissionais multidisciplinares;
- Incidir sobre o compromisso político do Conjunto CFESS-CRESS no que tange ao posicionamento favorável às cotas para participação de negras/os (pretas/os, pardas/os) indígenas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ nas eleições do referido Conjunto (Deliberação do 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS com prazo de implementação até 2025).

Observa-se que tais orientações apontam para a necessidade da formação, do aprimoramento e do exercício profissional em Serviço Social buscarem o aprofundamento dos estudos e debates sobre raça e racismo, assim como também da elaboração e implementação de ações antirracistas que se materializem no cotidiano, fazendo com que as atuais e futuras gerações de assistentes sociais não percam de vista a importância do combate contínuo ao racismo.

Conjuntamente aos estudos e ações de caráter antirracista, também se mostra fundamental que o Serviço Social promova, cotidianamente, a compreensão da articulação da raça com a classe, o gênero, as sexualidades etc., que se expressa por intermédio das particularidades da formação sócio-histórica brasileira mencionadas anteriormente. Essas particularidades apontam para paralelos que podem ser traçados entre os processos de dominação, exploração e opressão que fundamentam-se nos supracitados conceitos, fato que pode ser evidenciado, com nitidez, através dos debates e análises que não escamoteiam o papel estruturante do racismo – assim como de outras formas sistêmicas de discriminação que se baseiam no gênero, na orientação sexual etc. – na formação sócio-histórica do Brasil, assim como no estabelecimento do capitalismo dependente no país, e que, conseqüentemente, manifestam-se nas demandas apresentadas pela população usuária das/os assistentes sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Neste artigo buscou-se abordar, de maneira breve, o Serviço Social como profissão que emerge no marco do capitalismo monopolista, demandada a atuar interventivamente, sobretudo por meio das políticas sociais, sobre as expressões da “questão social”, refletidas nas demandas apresentadas pela população usuária da categoria.

Diante disso, evidenciamos que a atuação profissional de assistentes sociais constitui elemento essencial na reprodução da classe trabalhadora, fato que também sinaliza o papel da profissão na reprodução da acumulação capitalista, demonstrando a contradição fundamental que caracteriza o Serviço Social. Tal contradição, por sua vez, possibilita que assistentes sociais busquem se posicionar, utilizando da relativa autonomia da profissão, em favor dos interesses da classe trabalhadora, de modo que extrapole a consideração dos interesses do capital, que podem se fazer presentes nas demandas institucionais e estatais.

Em vista disso, denotamos a importância da formação em Serviço Social como meio de qualificar a prática profissional de assistentes sociais, capacitando a categoria no que concerne a compreensão e o atendimento das demandas dos/as trabalhadores/as. É nesse sentido que os assuntos que compõem os Núcleos de Fundamentos das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, a exemplo dos debates sobre formação sócio-histórica do Brasil e “questão social”, tornam-se imprescindíveis no processo de formação da/o assistente social. E, ainda nesta linha de raciocínio, evidenciamos que o estudo das relações étnico-raciais brasileiras também necessita ser central durante a formação profissional, visto que o racismo não só perpassa a formação social do país, marcada pela escravidão das populações negra e indígena, como também constitui elemento estrutural da própria “questão social”, fato que denota como as expressões do racismo podem se manifestar nas demandas da população usuária do Serviço Social, que não por coincidência é constituída, majoritariamente, pela população negra.

Destarte, salientamos que os estudos, reflexões e debates acerca das relações étnico-raciais e do racismo devem transversalizar toda a formação profissional de assistentes sociais, de modo a viabilizar a compreensão da relação intrínseca entre raça e classe na particularidade brasileira, de modo que explicita como o determinante racial constitui um fator de extrema relevância no que diz respeito às desigualdades sociais, manifestadas em processos de marginalização e exclusão social, assim como na falta de acesso à direitos fundamentais para a reprodução social dos sujeitos. Nesta esteira, sinalizamos que as entidades representativas da categoria vêm empreendendo esforços na promoção do antirracismo no interior do Serviço Social, fato que pode ser evidenciado: na campanha *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

promovida pelo conjunto CFESS-CRESS no triênio 2017-2020; no material *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*, elaborado pela ABEPSS em 2018; no *Termo de Orientação: exercício profissional antirracista*, organizado pelo CRESS-RJ em 2023.

À guisa de conclusão, salientamos que a presença do antirracismo no Serviço Social não é algo que deve se limitar à formação, devendo perpassar, também, as dimensões do aprimoramento e do trabalho profissional, resultando na elaboração e implementação de práticas de combate ao racismo que se materializem no cotidiano da profissão, dentro e fora dos âmbitos profissionais e acadêmicos. Juntamente a isso, torna-se necessário pontuar a imprescindibilidade da articulação da luta antirracista com as lutas anticapitalista, antissexista, anti-LGBT+fobia etc., suscitada pela compreensão de que devemos sempre buscar articular, e não hierarquizar, as lutas contra os sistemas de dominação, exploração e opressão que constituem as bases da desigualdade social no Brasil.

5. REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

BEHRING, Elaine Rosetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CORATO, Carmen. **As expressões do (neo)conservadorismo no Serviço Social brasileiro na atualidade**. 2018. 192 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CORATO, Carmen. **Capitalismo, racismo e conservadorismo**: análise crítica das particularidades da formação social brasileira. 2022. 332 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022a.

CORATO, Carmen. Ensaio para uma formação antirracista no Serviço Social. **SER Social**, [S. l.], v. 24, n. 51, p. 428-445, 2022b.

COSTA, Renata Gomes da; RAFAEL, Josiley Carrijo. Questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 42, p. 77-93, jul./dez. 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GRESS-RJ. Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro. **Termo de Orientação:** exercício profissional antirracista. Rio de Janeiro: GRESS-RJ, 2023.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 114, p. 290-310, abr./jun. 2013.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** v. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e Serviço Social:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 35. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MORAES, Thulio Silva de *et al.* As categorias de raça/racismo, gênero e sexualidades na formação em Serviço Social. **SER Social**, [S. l.], v. 26, n. 54, 2024.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** 2. ed. São Paulo: Dandara, 2021.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In: Serviço Social e Saúde:* Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2011.